

# Cartilha de EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Patrimônio Histórico e  
Cultural de Manaus

Allan Carneiro  
Aline Tupinambá  
Rila Arruda

Uma publicação:  
**PROAMAZÔNIA|SEDUC**

Termo de Convênio 22/2020 - SEDUC  
Emenda Parlamentar N°034/2020, de autoria  
do Deputado Adjuto Rodrigues Afonso



# Cartilha de EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Patrimônio Histórico e  
Cultural de Manaus

Allan Carneiro  
Aline Tupinambá  
Rila Arruda

Uma publicação:  
**PROAMAZÔNIA|SEDUC**

Termo de Convênio 22/2020 - SEDUC  
Emenda Parlamentar N°034/2020, de autoria  
do Deputado Adjuto Rodrigues Afonso



Copyright © 2021 - Instituto de Defesa e Proteção Ambiental Amazônia – Proamazônia

Todos os diretos reservados.

Proibido a reprodução total ou parcial, de qualquer forma e por qualquer meio mecânico ou eletrônico, inclusive através de photocópias e de gravações, sem a expressa permissão dos autores.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Carneiro, Allan

Cartilha de educação patrimonial : patrimônio histórico e cultural de Manaus / Allan Carneiro, Aline Tupinambá, Rila Arruda. -- 1. ed. --  
Manaus, AM : ProAmazônicaSEDUC, 2021.

ISBN 978-65-00-25605-5

1. Brasil - Manaus (AM) 2. Manaus (AM) - História  
3. Manaus - Patrimônio cultural 4. Patrimônio cultural - Manaus (AM) I. Tupinambá, Aline.  
II. Arruda, Rila. III. Título.

21-70566

CDD-981.132

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Manaus : Estado : Patrimônio cultural : História  
981.132

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Parceria:

Proamazônia e Governo do Estado do Amazonas/Seduc



Coordenadora do Projeto  
**Sulamita Souza de Castro**

In memorian  
**Carlos Melk Araújo**

Autores  
**Allan Carneiro** - Historiador  
**Aline Tupinambá** - Ilustradora  
**Rila Arruda** - Socióloga

Projeto Gráfico  
**Augusto Vieira**

**Publicação:**

Cartilha de Educação Patrimonial  
Patrimônio Histórico e Cultural de Manaus

**Termo de Convênio 22/2020 - SEDUC**

Emenda Parlamentar N°034/2020, de autoria  
do Deputado Adjuto Rodrigues Afonso

**Público-alvo:**

Ensino Médio da Rede Pública

# SUMÁRIO

## PARTE 1

Breve História de Manaus.....	06
1.1 “Manaus Colonial”.....	06
1.2 “Manaus Imperial”.....	13
1.3 “Manaus Republicana”.....	17

## PARTE 2

Patrimônio Cultural de Manaus.....	23
2.1 Conceito de patrimônio Natural e Patrimônio Cultural.....	23
Patrimônio Natural.....	24
Patrimônio Cultural.....	24
2.2 O que são Tombamentos e Registros?.....	25
2.3 Educação Patrimonial.....	29
2.4 Legislação Patrimonial.....	30
2.5 Perguntas e respostas sobre Patrimônios Culturais...31	
Curiosidades.....	38
Referências.....	43
Órgãos competentes.....	46



*Francisco Orellana*



# 1 PARTE

## BREVE HISTÓRIA DE MANAUS

### 1.1 “MANAUS” COLONIAL

#### Ocupação do vale amazônico pelas coroas espanhola e portuguesa

Era um sábado, junho de 1542, uma aldeia indígena localizada na foz do rio Guriguacurú (rio Negro) é invadida e saqueada por espanhóis liderados por Francisco Orellana, primeiro explorador europeu a passar pela foz do rio Negro. O cronista da expedição (1541 – 1542) que veio do Peru foi Frei de Carvajal, onde descreve a povoação e outras ali existentes. (BESSA FREIRE, p.6).

Os espanhóis se aventuraram em mais uma expedição



*Pedro Ursúa*

(1560 – 1561) pelo vale amazônico, sob comando dos conquistadores, Pedro Ursua e Lope de Aguirre. Essa expedição desastrosa descrita por seus cronistas possui elementos representativos de rebelião, traição e assassinatos.

Outra expedição (1637 – 1639), essa já no século XVII, capitaneada pela coroa portuguesa, tem como comandante o Capitão Pedro Teixeira, português nascido na cidade de Cantanhede. Nas crônicas do jesuíta Cristóbal Acunã, os relatos da viagem de descida e subida de todo o percurso do rio Amazonas.



## *Lope de Aguirre*

### **Diversidade das nações indígenas do Rio Negro**

Quando expedição portuguesa de Pedro Teixeira navegou pela foz do rio Negro, pelos menos 12 populações indígenas foram nominadas pelo cronista (BESSA FREIRE, p.6). A maioria pertenciam ao tronco linguístico Aruak. Historicamente três populações revelaram-se resistentes aos conquistadores europeus. São ele:

Os Manáo - o cronista Acunã em seus relatos os chama de Managús e Amanagús e com outros povos mantinham



relações de troca. Habitavam as duas margens do baixo rio Negro e em processo de expansão pelo rio Japurá segundo os relatos do padre Samuel Fritz (BESSA FREIRE, p.6);

Os **Manáo** - o cronista Acunã em seus relatos os chama de Managús e Amanagús e com outros povos mantinham relações de troca. Habitavam as duas margens do baixo rio Negro e em processo de expansão pelo rio Japurá segundo os relatos do padre Samuel Fritz;

Os **Tarumã** - composto por um grupo pequeno, viveram nas proximidades da atual cidade de Manaus, nas regiões dos rios Tarumã e Ajurim, afluentes do rio Negro. Conhecidos pela fabricação de ralos de mandioca. Em 1657 foram visitados por Francisco Veloso e Manoel Pires, jesuítas, na que ficou conhecida como primeira entrada histórica do vale do rio Negro (BESSA FREIRE, p.7);

**Os Baré** - predominavam a parte superior do rio Negro e ocupavam ainda uma área vizinha aos Manáo, situando-se mais acima da cidade de Moura, num território extenso "que abarcava grande população". Produziam bebidas fermentadas e em suas festas dançavam com o corpo pintado de jenipapo (BESSA FREIRE, p.7).

"As informações sobre os padrões de povoamento das nações indígenas do rio Negro são muito escassas e estão dispersas na documentação oficial, que não é muito generosa sobre isso"(BESSA FREIRE, 1987).

## **Conflitos contra os colonizadores**

Espanhóis e portugueses não se encantaram somente com esse paraíso tropical, mas o fato de se tratar também de uma região densamente povoada, em uma posição geográfica que os permitia o controle do recrutamento da mão-de-obra de toda a vasta região do rio Negro, além de servir de apoio logístico para as tropas de descimentos, resgates e "guerras justa, com a finalidade de escravizar nativos. A resistência indígena foi forte contra o colonizador (BESSA FREIRE, p.9).

## **Missões religiosas e expansão do estado português**

As missões religiosas desempenharam um importante papel na expansão territorial e na colonização no vale Amazônico. Favoreceram à coroa portuguesa o domínio daquele território disputado por outras coroas. As ordens religiosas chegaram em épocas diferentes à região. Por exemplo: os carmelitas, em 1627, e os jesuítas, em 1636.

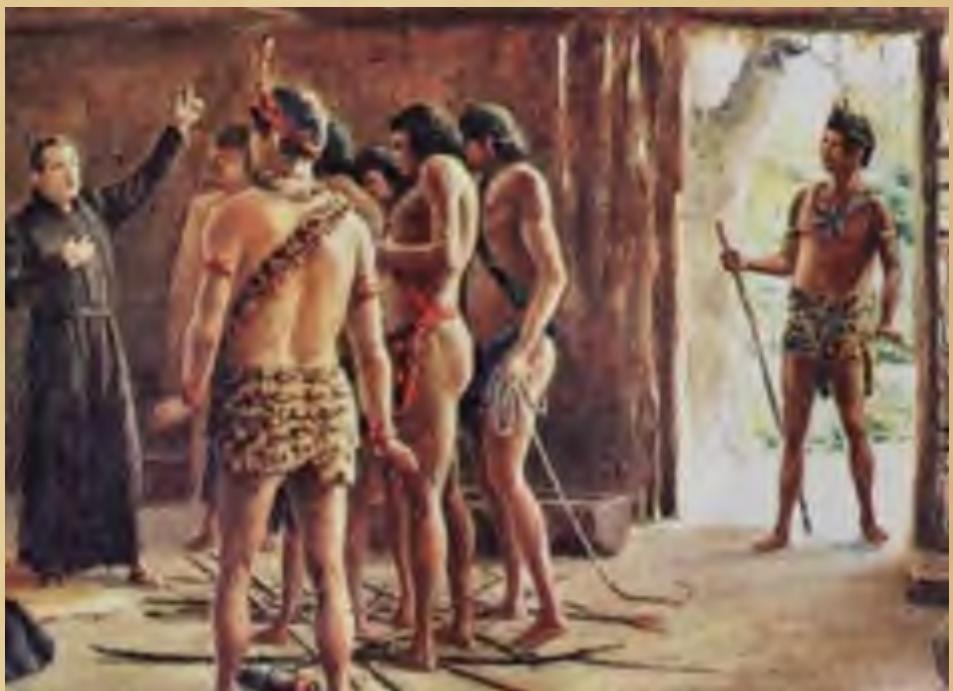


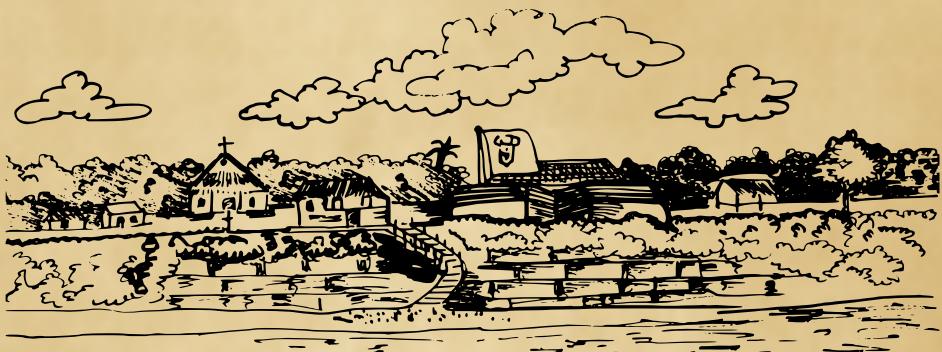
Foto: Jesuítas na América Latina

Fonte: doity.com.br

Depararam-se, porém, com os mesmos obstáculos como a competição entre os colonos e entre as próprias ordens religiosas pelo "direito de administrar o indígena", visto tanto como mão-de-obra quanto como fiel servo de Deus.

### **Resistência ao domínio da fé**

Os jesuítas lideraram várias tropas de resgates entre 1657 e 1661, descendo do rio Negro para Belém mais de 5 mil nativos. Em 1657 na boca do rio Tarumã estabeleceram um arraial provisório, "um curral de índios". Esses indígenas cativos possivelmente de outras localidades serviram como mão-de-obra para a construção do Forte de São José do Rio



## *Forte de São José do Rio Negro*

Negro, nos arredores onde iria se formar o centro populacional intitulado de Lugar da Barra”, lugar onde seria erguida uma pequena igreja coberta de palha, sob a intercessão de Nossa Senhora da Conceição (1695) (BESSAFREIRE, p.10)..

### **Fundação do Forte São José do Rio Negro**

Construído (1669) em cima de uma área de sepultamento indígena, o forte deu origem à atual cidade de Manaus. Com a finalidade de assegurar o domínio da coroa portuguesa na região. A fortaleza era uma construção modesta, de forma “pentangular”, e primeiramente feita de barro, madeira e taipa socada e depois de pedra e barro, com uma das faces para o rio. Hoje não existe o menor vestígio de sua edificação. O local nos dias de hoje é na zona portuária, com uma nova edificação onde funcionou o Tesouro Estadual (BESSAFREIRE, p.10).

### **Capitania de São José do Rio Negro**

Por determinação de uma Carta Régia do Rei Dom José I, em 3 de março de 1755 é fundada a Capitania de São José do Rio Negro. Mesmo independente, a capitania ainda era

submetida ao Estado do Grão-Pará e Maranhão. A primeira sede foi na Vila Nova de São José. Em 6 de maio de 1758 o Governador Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, o Governador Mendonça Furtado, instituiu a aldeia de Mariuá a categoria de vila, com o nome de Barcelos, permitindo que no dia 07 de maio de 1758 a sede da capitania mudasse para a nova vila. Em 29 de março de 1808 a sede da capitania muda para o Lugar da Barra do Rio Negro (GALVÃO RAMALHO, 2016).

## **Lugar da Barra**

O Lugar da Barra do Rio Negro ao longo do século XVIII, mostrou-se uma localidade sem muita expressão social e econômica, pois seu crescimento dependia do despovoamento de outras regiões, assim como sua população era passageira e o Lugar da Barra não passava de um "curral de índios", que eram aí agrupados esperando de serem levados para Belém como escravos, ou alugados quando "livres", para a coleta das "drogas do sertão" (BESSA FREIRE, p.10).

Em 1786 dividida em dois bairros, o Lugar da Barra do Rio Negro contava com 301 indivíduos (243 indíos, 47 brancos e 11 escravos negros). De 1791 a 1799, o Lugar da Barra foi sede da Capitania do Rio Negro, voltando a recuperar esse status em 1808 (GARCIA, p.16).

## **1.2 “MANAUS IMPERIAL”**

### **Vila da Barra - Manaus**

Em julho de 1833 a Província do Pará dividia-se em três

comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Neste contexto a Província do Rio Negro representa a Comarca do Alto Amazonas. Com essas mudanças, o Lugar da Barra se beneficiava e foi elevada a Vila e pela primeira vez se chamou de “Manáos”, saudando a valente nação indígena Manáo do alto e médio Rio Negro. Com a organização da estrutura administrativa e política, em dezembro de 1833, a vila elege seus primeiros representantes políticos, assim instalando a sua Câmara Legislativa (GARCIA, p.22).

## **Cabanagem**

A Cabanagem foi a maior “revolta” popular do Império, que se iniciou em janeiro de 1835. Os Cabanos tomam Belém. Em março de 1836, liderados por Bernardo de Sena, um grande grupo de Cabanos chegou à Vila de Manáos. Sem resistência alguma tomam o quartel e fortim. O clima de tensão foi acentuado quando o líder cabano foi morto. Em agosto do mesmo ano, a Guarda Nacional e um grupo de voluntários repeliu os últimos cabanos que aqui restavam (GARCIA, p.25).

## **Categoria de cidade**

No dia 24 de outubro de 1848, pela Lei nº 145, a Assembléia Provincial do Pará elevou a Vila de Manáos à categoria de cidade. Embora com uma representação elevada, a cidade apresenta aspectos no seu processo urbano decadente. Ruínas!

## **Capital da Província do Amazonas**

Com a Lei nº 582 de 5 de setembro de 1850, sancionada por D.Pedro II, foi criada a província do Amazonas. Em junho

de 1851, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi nomeado o primeiro presidente da província, agora independente da província do Pará. A capital da nova província instalada foi denominada Cidade da Barra do Rio Negro, porém somente em 1856 a Cidade de Manáos tem esse nome definitivo. Manáos contava com pouco mais de 4 mil habitantes, algumas centenas de casas, habitações que em sua maioria eram de palha (BESSA FREIRE, p.14).

### **Os trabalhadores na cidade: vivências e resistências**

Com a implantação da província, a cidade experimentou várias intervenções no espaço urbano. As obras públicas da cidade têm como mão de obra os indígenas e africanos livres. O mundo do trabalho desses grupos multiétnicos é carregado da troca de experiências, o espaço da oficina e suas oficinas são a representação dessas vivências e resistências desses trabalhadores (MELO, p.7).

### **Migrações e imigrações**

Na década de 1870, milhares de nordestinos fugindo da seca e do sistema de propriedade de terras do Nordeste são canalizadas em direção aos seringais. Muitos deles se fixam na cidade, onde fornecerão a principal energia para as obras públicas. Somados à imigração (europeus) em escala muito menor de estrangeiros, eles proporcionaram à cidade um crescimento demográfico espetacular, pulando de 5 mil em 1870 para 20.568 habitantes em 1890 (BESSA FREIRE, p.15).

## Ciclo da Borracha

Teve início na segunda metade do século XIX, quando apareceu na pauta de exportação da província do Amazonas. De 1853 a 1860, as exportações da borracha tiveram crescimento de 1400% (GARCIA, p.36). Os seringais amazônicos se estendiam por muitas regiões, Manáos se destacava como o lugar do negócio da borracha. Os rios tinham papel fundamental nesse sistema de transporte e comunicação do capital (economia).

## Mudanças do espaço urbano

Com a ampliação das receitas públicas devido às exportações da borracha, Manáos se tornou uma "cidade em obras". As mudanças no aspecto urbano são significativas. Toma-se um caminho de uma nova configuração do espaço citadino: a obra da matriz é finalizada; o Palácio da Presidência da Província é construído; o Palacete Provincial tem sua obra concluída; ruas pavimentadas; aterros de igarapés; pontes; o Gymnásio Amazonense; e a usina hidrelétrica da Cachoeira Grande. A transformação desse espaço urbano foi no período imperial, alicerçando os outros tempos republicanos posteriores (GARCIA, p.46-48).



## 1.3 “MANAUS REPUBLICANA”

### *Belle Époque Manauara*

A exportação da borracha acentuou em grande escala o desenvolvimento da cidade de Manáos, quando foi proclamada a República (1889), a localidade contava com pouco mais de 15.000 habitantes. A partir de 1890 a cidade sofreu um grande surto de urbanização, os investimentos da “economia agrária extrativista-exportadora”, em destaque as rendas da borracha, proporcionando o favorecimento da capital amazonense em viver a modernidade. O processo de transformação em “Paris dos Trópicos” absorveu o cotidiano das elites estabelecidas em Manáos. “Modernizar, embelezar e adaptar” a cidade às tendências de belle époque se tornou o propósito dos gestores locais a essas condições sociais e econômicas do período da borracha (SANTOS, p.232).



## **Uma cidade em obras**

O processo de “modernização” dos aspectos urbanos de Manaus era necessário. Afinal a cidade recebeu visitantes de várias partes do Brasil e do mundo, então exibisse uma urbes: moderna, limpa e atraente. Ruas pavimentadas, calçamentos centrais com paralelepípedos, aterros de igarapés, pontes de madeira substituídas por pontes de ferro e alvenaria. Se antes a iluminação pública usava querosene ou “banha” de tartaruga, mudou para gás ou a inovadora energia elétrica. Mobilidade urbana em bondes elétricos, edifícios públicos construídos em estilo europeu (SANTOS, p.233).

Todas essas transformações foram significativas no cenário manauara, modelo este de vitrine social e cultural. Porém nem tudo era belo na belle époque, este modelo de modernização ou “glamourização” excluía grande parte da população, exemplificando um projeto burguês da elite detentora do capital da borracha

## **Os coronéis de barranco**

A figura dos seringalistas ou donos dos seringais (muitos títulos das terras eram concedidas pelo governo) no imaginário amazônico, como representação do coronelismo e as práticas de mandos e desmandos. “Um homem que manda na região e dita as regras, delegando funções em meio à floresta.”. Muito característico neste momento de grande crescimento econômico do “Ciclo da Borracha”, a figura do seringalista é o símbolo de poder.

## **Marcos arquitetônicos e culturais**

Teatro Amazonas, Palácio da Justiça, Ponte Benjamim Constant, Biblioteca Pública, Penitenciária, Porto flutuante, Alfândega, construções que nos dias atuais são marcos de referência na cidade. Esse processo de mutação tornou Manáos em uma “cidade febril” por sua modernização, expurgando referências que poderiam memorar as culturas indígenas também.

## **Conflitos políticos e sociais**

No dia 8 de outubro de 1910, ao amanhecer, Manáos foi bombardeada. As ruas do bairro do São Vicente foram tomadas por tropas federais que marchavam em direção ao Palácio do Governo (hoje Paço da Liberdade), para derrubar o governador Antônio Bittencourt.

Em 15 de junho de 1913 ocorreu a rebelião e mortes de soldados no caso da concessionária dos serviços de saneamento básico, Manáos Improvements Limited Company. Por ordem do governador Jonathas Pedrosa, "o quartel da Polícia Militar foi bombardeado e os praças que lá estavam, rendidos e desarmados, foram sumariamente executados!" (GARCIA, p.102).

A rebelião de 1924 em Manaus, liderada pelos tenentes, estava atrelada ao movimento tenentista. O quartel da Polícia Militar foi tomado e o governador deposto. Os oficiais rebeldes empossaram Ribeiro Júnior como governador do Amazonas.

## Os interventores de Vargas

### **Floriano da Silva Machado -**

Foi nomeado interventor do Amazonas pelo governo federal. Mandato de 1 de novembro a 20 de novembro de 1930..



*Álvaro Maia*



*Floriano Machado*

**Álvaro Maia-** nomeado em 20 de novembro de 1930 a 10 de outubro de 1933 foi interventor do Amazonas. Em fevereiro de 1935 é nomeado novamente interventor, onde fica até novembro de 1945.



**Nélson de Mello** - nomeado em outubro de 1933, seu mandato de interventor vai até fevereiro de 1935.

*Nelson de Mello*

## Industrialização e metropolização

A economia da juta se fortaleceu. Foi criado o BEA - Banco do Estado do Amazonas.

Getúlio Vargas inaugurou a Brasiljuta. A Fitejuta já se encontrava em operação.

Refinaria de petróleo inaugurada por Juscelino Kubitschek em Manaus, janeiro de 1957.

## Zona Franca de Manaus



Foto: Aspecto da Zona Franca de Manaus

Fonte: <https://www.gov.br/suframa/pt-br/publicacoes>

Manaus se tornou um importante centro comercial importador. O decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 determina que: "- A Zona Franca de Manaus é uma área de livre comércio, de importação e exportação e incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitam o seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores dos seus produtos." (GARCIA, p.128-129).



Croqui do Porto de Manaus

PRESTE  
ATENÇÃO!



## SIGLAS

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

**SEC** – Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas.

**MANAUSCULT** – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos.

**IMPLURB** – Instituto Municipal de Planejamento Urbano.

# PARTE 2

## PATRIMÔNIO CULTURAL DE MANAUS

### 2.1 Conceitos de Patrimônio Natural e Patrimônio Cultural

Há sentidos diferentes para usar a palavra "**patrimônio**". Em várias línguas traz no conjunto de seu significado uma relação com a *ideia de herança*, em português a palavra possui sinônimos como *bem*, *propriedade*,

legado, além de herança. Pode ser entendido em linhas gerais como o conjunto de bens, direitos e obrigações de uma instituição pública ou privada, ou de pessoas e sua herança familiar; pode ser o conjunto de bens de uma coletividade, como no caso do patrimônio natural e cultural. No sentido cultural, é o legado que herdamos do passado e passamos para gerações futuras.

**Patrimônio Natural** – “Designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação” (UNESCO).

**Patrimônio Cultural** – “É o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa *identidade*, sendo de fundamental importância para a *memória*, a criatividade dos *povos* e a riqueza das *culturas*”(UNESCO).



**Patrimônio Histórico** refere-se a um bem móvel ou imóvel, que possua valor significativo para uma sociedade, podendo ser estético, artístico, documental, científico, social ou simbólico. A preservação do patrimônio histórico teve início como atividades sistemáticas no século XIX, após a Revolução Francesa e a Revolução Industrial.

## **2.2 O que são Tombamentos e Registros?**

O patrimônio cultural está expresso no artigo 216 da Constituição Federal de 1988: "Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais incluem:

### **O QUE PODE SER CONSIDERADO PATRIMÔNIO CULTURAL?**

- I- as formas de expressão;**
- II- os modos de criar, fazer e viver;**
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;**
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artísticos-culturais;**
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.**

A declaração de patrimônio cultural é oficialmente dada como bens culturais materiais (tombamentos) ou imateriais (registros), objetivando sua proteção e valorização pelos âmbitos dos poderes executivos federal, estadual e municipal. O processo desse reconhecimento divide-se em três etapas: Inventário; Tombamento ou Registro; e Salvaguarda.

## PATRIMÔNIO MATERIAL (TANGÍVEL)

“SÃO OS BENS EDIFICADOS, OBJETOS MEMORÁVEIS QUE PODEM SER ARTÍSTICOS, DA HISTÓRIA, DA NATUREZA, ENFIM, DIGNO DE CONSERVAÇÃO, CUJO EVOCA VALOR. FAZEM PARTE BENS IMÓVEIS TAISS COMO CASTELOS, IGREJAS, CASAS, PRAÇAS, CONJUNTOS URBANOS, E AINDA LOCAIS DOTADOS DE EXPRESSIVO VALOR PARA A HISTÓRIA, A ARQUEOLOGIA, ETC. NOS BENS MÓVEIS INCLUEM-SE, POR EXEMPLO, PINTURAS, ESCULTURAS E ARTESANATO” (UNESCO).



O **patrimônio material**, protegido pelo âmbito federal (IPHAN), é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

## PATRIMÔNIO MATERIAL (INTANGÍVEL)

"AS PRÁTICAS,  
REPRESENTAÇÕES, EXPRESSÕES,  
CONHECIMENTOS E TÉCNICAS - JUNTO COM OS  
INSTRUMENTOS, OBJETOS, ARTEFATOS E LUGARES  
CULTURAIS QUE LHEM SÃO ASSOCIADOS - QUE AS  
COMUNIDADES, OS GRUPOS E, EM ALGUNS CASOS, OS  
INDIVÍDUOS RECONHECEM COMO PARTE INTEGRANTE  
DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL"  
(UNESCO).



O **patrimônio imaterial**, protegido pelo âmbito federal (IPHAN), é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Registro: saberes e fazeres, celebrações, formas de expressões, e lugares. Todos como culturas vivas que possuem heranças culturais e que se mantêm no tempo por meio das tradições, ou seja, bens culturais como resultados de uma coletividade.



Foto: Capoeiristas do Amazona

Fonte: <https://www.gov.br/iphant/pt-br/assuntos>

## PATRIMÔNIO CULTURAL

### PATRIMÔNIO MATERIAL OU TANGÍVEL:

#### BENS CULTURAIS:

- Arqueológicos, paisagísticos, etnográficos;
- Históricos;
- Belas Artes;
- Artes Aplicadas.

#### BENS IMÓVEIS:

Ex: Núcleos urbanos, Sítios arqueológicos e paisagísticos, bens individuais.

#### BENS MÓVEIS:

Ex: Coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

### PATRIMÔNIO IMATERIAL OU TANGÍVEL:

- Práticas, representações expressões, conhecimentos e técnicas;
- Instrumentos, objetos, artefatos e lugares;
- Comunidades, grupos e indivíduos

Fonte: SANTIAGO, 2007

## 2.3 Educação Patrimonial

É todo processo educativo formal e não formal que tem como foco os variados tipos de patrimônios culturais. Segundo o IPHAN: “concebe educação patrimonial como todos os processos educativos que primam pela construção coletiva do conhecimento, pela dialogicidade entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas”.

## **2.4 Legislação Patrimonial**

### **FEDERAL**

- Constituição Federal de 1988 - Nos artigos 216.
- Decreto-Lei 25, de 1937 – Cria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e institui o Tombamento.
- Lei n.º 9.605 de 12 de fevereiro de 1988 – Seção IV – Dos crimes contra o ordenamento urbano e patrimônio cultural.
- Lei n.º 3.924 de 26 de novembro de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
- Decreto-Lei n.º 3.866 de 29 de novembro de 1941 – Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens do patrimônio histórico e artístico nacional.
- Decreto n.º 3.551 de 2000 – Institui o Registro de bens culturais de natureza imaterial e, criou-se também o Programa do Patrimônio Imaterial.
- Decreto n. 7.387 de 09 de dezembro de 2010 - Inventário Nacional da Diversidade Linguística.
- Instrução Normativa n.º 001 de 25 de março de 2015 – Estabelece procedimentos administrativos a serem observadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

### **ESTADUAL**

- Constituição do Estado do Amazonas está previsto na Seção II – da Cultura nos Artigos 206 e 207.
- Lei n.º 11.999 de 10 de setembro de 1976 – Substituída pela lei abaixo.
- Lei nº 1.529 de 26 de maio de 1982 – Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas e cria o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Amazonas.
- Decreto nº 29.544, de 14 de janeiro de 2010 – Institui o Registro do Patrimônio Imaterial do Estado do Amazonas, que constituem patrimônio de natureza imaterial do estado.

## **MUNICIPAL**

- Lei Orgânica do Município de Manaus (1990) – Art. 235, e do Art. 338 ao Art. 345.
- Decreto nº 4.673 de 1985 – Dispõe sobre a área preservação do Centro ano artigo 1º e no artigo 2º estabelece o setor de Unidades de Preservação.
- Lei nº 2.044 de 18 de outubro de 1989 – Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, paisagístico e cultural do Município de Manaus.
- Decreto nº 7.176 de 10 de fevereiro de 2004 - Estabelece o setor especial das unidades de interesse de preservação localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus.
- Decreto nº 2.766 de 05 de maio de 2014 - Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural de Manaus.
- Lei nº 2276 de 14 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre os procedimentos necessários ao tombamento de bens, públicos ou particulares, no município de Manaus, além de outras providências.

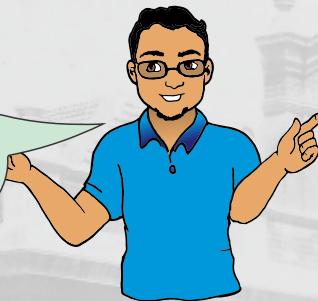
## **2.5 Perguntas e respostas sobre Patrimônios Culturais**

### **QUAIS OS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DO AMAZONAS?**

São muitos os patrimônios materiais (podendo ser histórico; arqueológico, paisagístico e etnográfico, belas artes; e artes aplicadas) e patrimônios imateriais (saberes e fazeres, celebrações, formas de expressões, e lugares) passíveis ao reconhecimento. Diversos bens culturais podem receber o título de patrimônio cultural pelo Estado através do procedimento previsto em leis e decretos (Inventário, Tombamento ou Registro, e Salvaguarda) com futuras aprovações de Conselhos de Política Cultural ou de Conselhos de Patrimônio Cultural, ainda que o reconhecimento pela sociedade, muitas vezes, já haja com o sentimento de pertencimento cultural.

## QUAIS SÃO TOMBADOS E REGISTRADOS?

OS PATRIMÔNIOS  
REPRESENTAM A EXPRESSÃO  
MÁXIMA DA CULTURA, DA  
TECNOLOGIA E DA ARTE DE UM  
POVO.



### Tombamentos Federais de Patrimônio Material

- Centro Histórico de Manaus – *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - 2010*
- Teatro Amazonas – *Histórico - 1963*
- Reservatório do Mocó – *Histórico e Belas Artes - 1985*
- Porto de Manaus – *Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - 1987*
- Mercado Municipal Adolpho Lisboa – *Histórico e Belas Artes - 1987*
- Encontro das Águas rios Negro e Solimões (provisório) - *Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - 2010*



## **Registros Federais do Patrimônio Imaterial**

- Cachoeira do Iauaretê dos rios Uaupés e Papuri, São Gabriel da Cachoeira – *Lugar - 2006*
- Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro – *Saberes e Fazeres - 2010*
- Complexo Cultural do Boi-bumbá Médio Amazonas e Parintins – *Celebrações - 2018*
- Ofício dos Mestres e Roda de Capoeira – *Saberes e Fazeres; e Forma de Expressão* (nacional – inclui o Amazonas) - 2008



## Tombamentos e Registros Estaduais:

N.	TOMBAMENTOS DE BENS IMÓVEIS HISTÓRICOS EM MANAUS	DECRETO
01	Academia Amazonense de Letras	5.218 de 03.10.1980
02	Biblioteca Pública do Estado	11.033 de 12.04.1988
03	Relógio Municipal	11.197 de 14.06.1988
04	Penitenciária Des. Raimundo Vidal	11.195 de 14.06.1988
05	Ponte Benjamin Constant	11.199 de 14.06.1988
06	Cemitério São João Batista	11.198 de 14.06.1988
07	Estação de Tratamento de Esgoto	11.186 de 14.06.1988
08	Estação Castelhana	11.187 de 14.06.1988
09	Palácio Rio Negro	5.218 de 03.10.1980
10	Palácio da Justiça	5.218 de 03.10.1980
11	Palacete Provincial	11.035 de 12.04.1988
12	Usina Chaminé	15.483 de 17.06.1993
13	Faculdade de Direito	11.188 de 14.06.1988
14	Instituto Benjamim Constant	11.190 de 14.06.1988
15	Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)	5.218 de 03.10.1980
16	Instituto Superior de Estudos da Amazônia (ISEA; antiga sede)	10.443 de 10.08.1987
17	Colégio Estadual Dom Pedro II	11.034 de 12.04.1988
18	Grupo Escolar Nilo Peçanha	11.185 de 14.06.1988
19	Grupo Escolar José Paranaguá	11.189 de 14.06.1988
20	Grupo Escolar Saldanha Marinho	11.191 de 14.06.1988
21	Grupo Escolar Euclides da Cunha	11.194 de 14.06.1988

*Relógio Municipal*



<b>N.</b>	<b>TOMBAMENTOS DE BENS IMÓVEIS HISTÓRICOS</b>	<b>DECRETO</b>
22	Grupo Escolar Barão do Rio Branco	11.193 de 14.06.1988
23	Grupo Escolar Ribeiro da Cunha	11.194 de 14.06.1988
24	Agência dos Correios e Telégrafos	11.200 de 14.06.1988
25	Agência do Banco do Itaú	11.201 de 14.06.1988
26	Igreja Nossa Senhora dos Remédios	11.037 de 12.04.1988
27	Igreja de Sto. Antônio (Pobre Diabo)	11.036 de 11.04.1988
28	Igreja São Sebastião	11.038 de 12.04.1988
29	Igreja Matriz N. S. da Conceição	11.039 de 12.04.1988
30	Tribunal de Contas da União (antiga sede LBA)	11.196 de 14.06.1988
31	Pavilhão J da Antiga Colônia Antônio	Dec. não encontrado
32	Catedral de N. S. do Carmo (Parintins)	Dec. não encontrado
33	Castelinho de Humaitá (Humaitá)	34.615 de 24.03.2014
34	Santuário Estadual de Sto Antônio de Borba (Borba)	Dec. não encontrado

<b>N.</b>	<b>REGISTROS DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS - PARINTINS</b>	<b>DECRETO</b>
1	Bois-bumbás de Parintins	Processo nº 2072/2011



*Catedral Metropolitana de Manaus (Igreja Matriz)*

## Âmbito Municipal de Manaus

No âmbito municipal da capital Manaus não há tombamentos de bens históricos específicos. Há uma lei (nº 565 de 26 de maio de 1956) que considera o prédio histórico **Paço da Liberdade** "como parte integrante do **Patrimônio Histórico do Município de Manaus**", o que não pode ser considerado tombamento. Existe o tombamento de área do Centro Antigo de Manaus (delimitação do perímetro) pela Lei Orgânica do Município - LOMAN no artigo 342: "Fica tombado, para fins de proteção, acautelamento e programação especial, a partir da data da promulgação desta lei, o Centro Antigo da Cidade, compreendido entre a Rua Leonardo Malcher e a Orla do Igarapé de São Raimundo e, à esquerda pelo Igarapé de Educandos, tendo como referência a Ponte Benjamim Constant".



## CURIOSIDADES

### SOBRE A ORIGEM DO NOME “MANAUS”

Você sabia que **Manaus** é a única capital brasileira com nome de etnia indígena? Sim, nome dos extintos Manáo. Não há nada material sobre essa etnia nos museus locais, não existe homenagem a Ajuricaba, líder da nação indígena dos Manáos. Nada simbólico de sua imagem em forma de estátua ou busto em espaço público. Os únicos objetos dessa etnia que existem estão no Museu do Mundo, em Viena, Áustria.



Chefe Ajuricaba Liderando Guerreiros - Americo Makk. Fonte: Wikipedia.org - Licença Creative Commons

Os Manaós, nação indígena guerreira, bloquearam o acesso dos portugueses aos indígenas dos rios acima do Amazonas. O filho de Ajuricaba foi assassinado por tropas de resgate, esse fato trouxe vários desdobramentos, ataque a postos indígenas aliados dos portugueses, morte de soldados, e rebeliões. Os indígenas foram acusados de práticas incestuosas e canibalismo, usando isso como argumentos para “guerra justa”, então era necessário lutar contra os Manáos, e evitar futuras influências sobre outras nações indígenas.

Aproximadamente em 1722 a guerra contra os Manaós começou, os conflitos se estenderam ao longo dos anos, quando em 1727 Ajuricaba foi capturado e enviado a Belém para ser vendido como escravo. Na viagem rumo a capital da província tentou se rebelar, sem sucesso, se lançou nas águas do grande rio, não se entregaria. Seu corpo nunca foi encontrado. Se tornou um símbolo de resistência e luta.



Museu Botânico do Amazonas

Fonte: <http://idd.org.br/acervo-digital/iconografia/>

## MUSEU DE MANAUS

Você sabia que o primeiro museu de Manaus foi também a primeira instituição de pesquisa do Amazonas? Era o Museu Botânico do Amazonas dirigido por João Barbosa Rodrigues entre os anos de 1883 a 1890.

O Museu Botânico do Amazonas foi uma iniciativa do Império brasileiro, através da Princesa Isabel. A lei n.269 de 18 de junho de 1883, época do presidente da província José Paranaguá, oficializou a criação, mas sendo apenas inaugurado no dia 16 de fevereiro de 1884, já com o presidente da província Theodureto Souto. O diretor nomeado foi o naturalista João Barbosa Rodrigues, graças a influência do Barão de Capanema (Guilherme Schüch), numa época em que os museus eram centros de ciências no Brasil, antes do surgimento das universidades. Infelizmente o Museu foi extinto, oficialmente no dia 30 de abril de 1890, através do decreto n.42 pelo governador Augusto Ximenes de Vellory, na recente República brasileira instaurada. Antes disso, o diretor já havia se desligado para assumir a direção do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (nomeado dia 25 de março de 1890). Se estivesse ativo, provavelmente, o Museu seria nos mesmos modelos científicos do Museu Paraense Emílio Goeldi no Pará, do Museu Paulista

(Ipiranga) em São Paulo e do Museu Nacional (o mais antigo) no Rio de Janeiro. Todos esses museus tiveram seu apogeu científico, na mesma época do Museu Botânico do Amazonas, antes das criações das universidades, dos quais hoje são museus universitários.

## PAÇO DA LIBERDADE



*Museu da Cidade - Paço da Liberdade  
Antiga Prefeitura*

Você sabia que a fachada do **Paço da Liberdade – Museu da Cidade de Manaus** tem a mesma aparência do prédio que aparece no filme **De Volta Para o Futuro?** Isso se deve ao estilo arquitetônico neoclássico de ambos, por isso se parecem e até já virou “meme”, inclusive compartilhado pela Prefeitura na internet.

O edifício do Paço (Paço é uma denominação de Palácio) foi construído para ser a Câmara Municipal, mas foi alugado à Presidência da Província. O espaço foi usado como sede do governo provincial e do governo do estado do Amazonas, de 1880 a 1917. Após a mudança de sede do governo do estado para o

Palácio Rio Negro, instalaram no Paço a Prefeitura de Manáos (ala direita) e a Câmara Municipal (ala esquerda), posteriormente ficando até o ano de 1995 somente a Prefeitura. Hoje é o Museu da Cidade de Manaus, um equipamento cultural com exposições permanentes e temporárias, sala de arqueologia in situ e a riqueza de detalhes do Salão Nobre dos Prefeitos.



*Teatro Amazonas*

Você sabia que a montagem da **cúpula do Teatro Amazonas** foi finalizada antes mesmo da inauguração do edifício? Em 1895 ela já se destacava completamente montada, um elemento de distinção no Centro de Manaus.

O maior símbolo cultural de Manaus teve um longo caminho até sua inauguração. Desde a proposta apresentada, em maio de 1881, na Assembleia Provincial pelo deputado Antônio José Fernandes Júnior. A obra iniciou em 1884, por distintos problemas são paralisadas em 1886, e sendo retomada somente em 1893 por iniciativa do Governador Eduardo Ribeiro. A data oficial de inauguração é o dia 31 de dezembro de 1896, mas as obras internas e externas continuaram até meados de 1900.

## REFERÊNCIAS



### ARTIGOS

**BESSA FREIRE**, José Ribamar. A História que querem esquecer - Barés, Manáos e Tarumãs. fevereiro-1987.

**CANELAS**, Carlos Fernando. A Guerra contra os Manáos de 1722 a 1728 e a predação portuguesa aos índios do rio Negro. Artigos de Pesquisas Premiadas do 13º Encontro de Iniciação Científica da PUC-SP.

**MELO**, Patrícia. Índios e africanos livres nas obras públicas, Manaus, século XIX. Revista Mundos do Trabalho, v.13, p. 1-12. Florianópolis, 2021.

**SANTIAGO**, Rodrigo Peronti. Conceitos Emergentes: Patrimônio, Memória e Mídia (2007). Disponível em:  
[http://www.eesc.usp.br/nomads/processos\\_de\\_design/patrimonio\\_midia/CAPITULO1\\_qualificacao.pdf/](http://www.eesc.usp.br/nomads/processos_de_design/patrimonio_midia/CAPITULO1_qualificacao.pdf/).

### DISSERTAÇÕES

**FERREIRA AMAZONAS**, Lígia Maria. Em Busca de Omagua e Dorado: Mito e Rebelião na Jornada de Pedro de Ursua/Lope de Aguirre segundo os cronistas Pedrarias de Almesto, Francisco Vázquez e Gonzalo de Zúñiga (1560-1561). Dissertação do PPGH - UFAM, 2008.

**GUZMAN**, Décio Marco Antônio de Alencar. Histórias de brancos: memória, história e etno-história dos índios manao do rio Negro (séculos XVIII a XX). Dissertação de Mestrado em História, Orientação: John Manuel Monteiro. UNICAMP, 1997.

## **RELATÓRIOS**

**Cultura e Arte no Amazonas:** 20 anos realizando sonhos – 1997-2016. Manaus: Edições Governo do Estado/Reggo Edições, 2016.

Carta de João da Maia da Gama a El- Rei referindo o castigo dos Manaós, a prisão e morte de Ajuricaba. Belém - 26 de setembro de 1727.

## **LIVROS**

**Conselho Amazonas** – Revista do Conselho Estadual de Cultura e do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Manaus: Edições Governo do Estado, 2012.

**COSTA**, F. D. S. Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores em Manaus - 1890/1915. 1<sup>a</sup>. ed. Manaus: Editora Valer. 2014. v. 1.

**COSTA**, Rila Arruda da; **PINTO**, Marilina C. Oliveira Bessa Serra. Os primeiros museus. In: *Museus do Amazonas*. Manaus: Edua, 2012, p. 35-50.

**GALVÃO RAMALHO**, João Pedro. "Capitania de São José do Rio Negro". In: BiblioAtlas - Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa.

**GARCIA**, Etelvina. Manaus, referências da História - 3.ed.rev. Manaus: Norma Editora, 2014. 136p.

**IGHA**. 332 anos de Manaus - História e Verdade. Manaus: Editora Valer/Governo do Estado, 2001.

**MESQUITA**, Otoni Moreira de. La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos - 1890/1900. 1<sup>o</sup>. ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009. v. 1. 394p .

**MESQUITA**, Otoni Moreira de. Manaus, História e Arquitetura (1852-1910). 3<sup>o</sup> edição revista. Manaus: Valer, 2006.

**SANTOS**, E.M. A rebelião de 1924 em Manaus. 3.ed. Manaus: Editora Valer, 2001.

**SANTOS**, Francisco Jorge dos. História geral da Amazônia. - Rio De Janeiro: MEMVAVMEM, 2007. 320p.:il. Color.

**SOUZA**, Márcio. Ajuricaba, o caudilho das selvas - coleção A luta de cada um. Editora Callis: São Paulo, 2006.

## CARTILHAS E GUIAS

**HORTA**, Maria de Lourdes P.; **GRUNBERG**, Evelina; **MONTEIRO**, Adriane Queiroz.

Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

**PREFEITURA DE MANAUS**; Instituto Municipal de Planejamento Urbano. Guia Prático: a proteção e a preservação do patrimônio histórico edificado de Manaus (sem ano).

## PORTAIS

<http://www.iphan.gov.br/>

<http://www.unesco.org.br/>

<https://implurb.manaus.am.gov.br/>

<http://manauscult.manaus.am.gov.br/>

<http://www.cultura.am.gov.br/>

## **ÓRGÃOS COMPETENTES**

### **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN**

Superintendência do IPHAN no Amazonas, sediada em Manaus  
Rua Marechal Deodoro, nº 27, 8º andar, Centro - CEP 69005-000  
Telefone: (92) 3622-3071 e (92) 3234-3455

E-mail: [iphan-am@iphan.gov.br](mailto:iphan-am@iphan.gov.br)

Site: <http://portal.iphan.gov.br/am>

### **Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Amazonas – SEC**

Departamento de Patrimônio Histórico e Gerência do Patrimônio Imaterial.

Avenida Sete de Setembro, nº 1546, Vila Ninita, Anexo ao Palácio Rio Negro

Centro - CEP – 69036-110 - Telefone: (92) 3631-3045 e (92) 3631-1600

E-mail: [dph@cultura.am.gov.br](mailto:dph@cultura.am.gov.br)

Site: <https://cultura.am.gov.br/>

### **Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - MANAUSCULT**

Avenida Sete de Setembro, nº 377, Centro – CEP 69005-140

Divisão de Patrimônio Cultural

Telefone: (92) 3215-2127

E-mail: [cultura.manauscult@gmail.com](mailto:cultura.manauscult@gmail.com)

Site: <https://manauscult.manaus.am.gov.br/>

### **Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB**

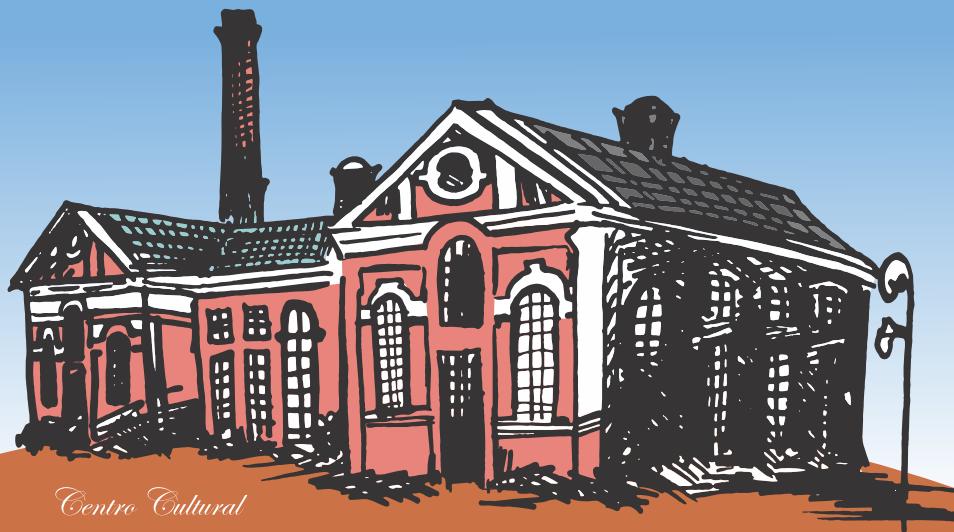
Avenida Brasil nº 2971 – Compensa – CEP 69036-110

Divisão de Patrimônio Histórico Edificado

Telefone: (92) 3625-5068

E-mail: [ouvidoria.implurb@pmm.am.gov.br](mailto:ouvidoria.implurb@pmm.am.gov.br)

Site: <https://implurb.manaus.am.gov.br/>



*Centro Cultural  
Usina Chaminé*



Secretaria de  
Cultura e Economia  
Criativa



SECRETARIA ESPECIAL DA  
CULTURA  
MINISTÉRIO DO  
TURISMO



ISBN 650025605-5

A standard barcode representing the ISBN number 650025605-5.